

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

Atos Administrativos

SUMÁRIO	Edital de Concorrência Pública nº 006/2011	2
	Edital de Concorrência Pública nº 007/2011	2
	Resoluções de Afastamentos nº 605/2011	2
	Ata da 2034ª Sessão Ordinária na Íntegra	3

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Prça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
 Gerente de Documentação Geral

VICTOR TAVARES PIRO
 Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES
 As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS
DA PRESIDÊNCIA: CONCORRÊNCIA PÚBLICA
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-ALE/CPL
 EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2011
 COMUNICADO**

PROCESSO: 000013/2011

NATUREZA: Concorrência Pública nº 006/2011

OBJETO : Contratação de agência de publicidade e propaganda pelo período de 12(doze) meses para prestação de serviços de publicidade.

A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, através da Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados que a sessão de **abertura do envelope "C" – Conjunto de Informações** está prevista para ocorrer no dia **16 de setembro de 2011 às 10 horas** na Sala de Reunião da CPL – ALE-RR sito à Praça do Centro Cívico, 202 – Centro- Boa Vista-RR.

Boa Vista-RR, em 13 de setembro de 2011.

Giselda Tonelli
 Presidente/ CPL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-ALE-RR
 EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 007/2011
 COMUNICADO**

PROCESSO: 036/2011

NATUREZA: Concorrência nº 007/2011

OBJETO : Contratação de empresa, para ministrar cursos de capacitação, qualificação e aperfeiçoamento de servidores públicos, agentes políticos e comunidade em geral da capital, interior e comunidades indígenas, através da Escola do Legislativo – ESCOLEGIS, através da Escola do Legislativo. A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, através da Comissão Permanente de Licitação, nos termos da Lei 8.666/93, torna público o julgamento das propostas de preço para conhecimento dos interessados, informando que a proposta de preços da empresa **A.P. MAIA GOMES**, CNPJ Nº 00.434.412/0001-30 foi classificada; que a proposta de preços da empresa **A.L.MARTINS E SILVA LTDA – EPP**, CNPJ Nº 13.439.346/0001-32, foi classificada; que a proposta de preços da empresa **COSTA & RAMALHO LTDA –ME**, CNPJ Nº 84.038.926/0001-66, foi classificada; que a proposta da empresa **MACUXI EMPRESA DE SERVIÇOS LTDA EPP**, CNPJ Nº 07.524.266/0001-82 foi classificada que a proposta da empresa **OBJETIVA SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA - ME**, CNPJ Nº 01.108.601/0001-85 foi classificada. Da análise das propostas

apresentadas constatou-se que a empresa **A.L.MARTINS E SILVA LTDA – EPP**, CNPJ Nº 13.439.346/0001-32 apresentou o menor preço, sagrando-se vencedora do presente certame. Vistas dos autos franqueada aos interessados conforme art. 109, §5º da Lei 8.666/93.

Outras informações estão à disposição dos interessados em horário normal de expediente neste Poder Legislativo.

Boa Vista-RR, em 12 de setembro de 2011.

Giselda Tonelli
 Presidente/ CPL

DA PRESIDÊNCIA: EXTRATOS DE CONTRATOS
DESPACHO

PROCESSO Nº 00073/ALE/2011

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO

Reconheço a dispensa de Licitação, referente às despesas com serviços de comunicação de voz e acesso de dados ilimitados via internet service em 10 (dez) linhas já existente, para atender a Mesa Diretora em favor da **TNL PCS S/A- BRASIL TELECOM CELULAR S/A** no valor estimado de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais) conforme consta no processo em epígrafe, com fundamento no disposto do Art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores. Sendo assim, em atendimento o que dispõe o Art. 26 do referido diploma legal, submeto o assunto a elevada consideração do Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Boa Vista-RR, 12 de setembro de 2011.

Aias Viana Bento

Secretário Administrativo

Ratifico o despacho retro, nos termos do Art. 26, referente à Inexigibilidade de Licitação, para cobrir despesas com serviços de comunicação de voz e acesso de dados ilimitados via internet service em 10 (dez) linhas já existente de que trata o presente Processo.

Determino que se publique no Diário Oficial da Assembleia Legislativa, de conformidade, com a exigência contida no mesmo Art. 26 da lei supramencionada, o presente despacho. Boa Vista-RR, 12 de setembro de 2011.

Francisco de Sales Guerra Neto
 Presidente

**EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO A OFERTA OI BLACKBERRY
 PROCESSO N.º : 0.073/ALE/11**

MODALIDADE – **Dispensa de Licitação**

CONTRATANTE: **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**

CNPJ: **34 808 220/0001-68**

CONTRATADO: **TNL PCS S/A e 14 BRASIL TELECOM CELULAR S.A**

CNPJ: **04.164.616/0001-59**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **01001.01011012.011/339039-101**
 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: **art 24, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores**

DATA DA ASSINATURA: **12/09/2011**

VIGÊNCIA: **ATÉ 31/12/2011.**

VALOR: **R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)**

CONTRATANTE: **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

CONTRATADA: **Brasil Dias de Souza**

Boa Vista-RR, 12 de setembro de 2011.

Aias Viana Bento
 Secretário Administrativo

**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
 E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
R E S O L U Ç Ã O Nº 605/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento das servidoras **JOSIANE SALETE DAUBERMANN, Assistente Parl. IV e MÁRCIA BRITO WANDERLEY, Assistente Legislativo**, para o município de Pacaraima, no período de 15.09 a 17.09.2011, aonde as mesmas

participarão de Audiência Pública, que será realizada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social, desta Casa Legislativa, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 12 de setembro de 2011
Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
 Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
 1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
 2º Secretário

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2034ª SESSÃO, EM 04 DE AGOSTO.
 41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =
 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

Às nove horas do dia quatro de agosto de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trigésima quarta Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Proceda à leitura do Expediente.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

-Requerimento nº 002/12, da Comissão Especial Externa criada através da Resolução nº 018/11, solicitando mais informações e decisões importantes do Congresso Nacional para concluir seu parecer e adequar as sugestões a serem enviadas.

-Projeto de Lei s/nº, do Deputado **Chicão da Silveira**, dispondo sobre a proibição da distribuição gratuita ou venda de sacolas plásticas a consumidores, em todos os estabelecimentos comerciais do Estado de Roraima.

-Projeto de Lei s/nº, do Deputado **Naldo da Loteria**, dispondo sobre a cobrança de serviços médicos e de saúde prestados pelo Estado de Roraima e dá outras providências.

EXTERNO:

-Ofício Circular nº 115/2011/GP-UNALE, de 07/07/11, da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, solicitando informar, até o dia 12/08/11, quanto ao interesse, ou não, pela futura adesão ao Plano de Previdência Complementar.

-Ofício 60/2011, de 11/07/11, da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, convidando para a XI Assembleia Geral da Copa – Confederação Parlamentar das Américas, e da XI Reunião Anual da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, no período de 05 a 09/09/11, no Canadá.

-Ofício nº 121/2011/GP-UNALE, de 12/07/11, da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, informando que foi deliberado sobre a formatação de um projeto nacional de mobilização em defesa dos Estados e Municípios, no sentido de promover a revisão do Pacto Federativo.

-Ofício nº 2585/2011, de 29/07/11, da Casa Civil, informando que a Lei Complementar nº 182, que “altera e acresce dispositivos à Lei Complementar nº 003/94, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima”, foi editada no D.O.E nº 1596, de 29/07/11.

-Ofício nº 017/2011-ALE/RR/CHAME, de 01/08/11, do Centro Humanitário de Apoio à Mulher – CHAME-RR, encaminhando Plano de Ação.

-Ofício nº 0641/2011, de 02/08/11, da Fundação Universidade Virtual de Roraima – UNIVIRR, agradecendo pela cedência do Plenário para a realização do Seminário de Educação a Distância.

Era o que do Expediente Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**)- Solicito ao Senhor, Primeiro Secretário que faça a chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores presentes ao Plenário. Hoje Senhor Presidente, iria falar sobre o curso de medicina na Universidade Federal de Roraima, Deputado **Célio Wanderley** que é médico, pediu que desse um tempo, pois ele iria trazer algo sobre o problema que eu iria abordar. Então, como o Deputado **Célio** não está em Plenário, por uma questão de respeito ao parlamentar, vou aguardar para fazer o pronunciamento n aproxima semana. Outro tema que iria abordar aqui é sobre o DETRAN, as operações realizadas no sul do Estado. Também a pedido do Deputado **Rodrigo**, que iria conversar comigo sobre os problemas que também iria abordar, vou deixar também esse tema para a próxima semana, porque o Deputado se ausentou do Plenário, e não consegui fazer o contato com ele. Mas de tantas coisas ruins que são noticiadas Deputado **Flamarion Portela**, sobre o nosso Estado, mas existem coisas boas também que a gente precisa informar à população e que muitas vezes não tem o destaque e a divulgação que merece o assunto.

Hoje, vou abordar aqui a importância e qualidade do nosso Ministério Público Estadual, sem nenhum demérito ao Ministério Público Federal, mas o objetivo é especificamente ao Ministério Público Estadual, pelo papel e importância, e o destaque que o nosso Ministério Público tem a nível nacional. É uma instituição nova que Estado de Roraima, é um Estado novo, é uma instituição em nível de Brasil que tem um dos menores quadros de Procuradores, mas é uma das Instituições mais respeitadas do nosso País.

No dia 28 de junho, foi aprovado no Plenário do Senado Federal, o nome do Doutor Alessandro Tramuja, um Procurador com 40 anos de idade, e vejamos os Senhores, ele agora faz parte do Conselho Nacional de Procuradores do Brasil. Agora, vejamos e observem bem a trajetória e história desse Procurador, porque me chamou atenção e o interesse de trazer esse tema ao Plenário? Esse nosso Procurador não conhece só os problemas Deputada Aurelina, de Boa Vista, a visão que ele tem, além do Estado Nacional, ou seja, do Brasil, ele tem a visão do Estado de Roraima, porque ele foi um Procurador que trabalhou nos municípios de Roraima, não especificamente no município de Boa Vista, mas trabalhou na comarca de São Luiz e Caracará, isso dar uma visão de que quando um Procurador vai tomar uma decisão, antes dele simplesmente adentrar especificamente só na lei, para dar uma decisão, é evidente que ele usa razoabilidade, pela dificuldade, realidade que os nossos irmãos dizem no interior do nosso Estado. Então, no plenário do senado, o nome do nosso Procurador foi aprovado por unanimidade, Deputado **Flamarion Portela**, veja o currículo do nosso Procurador, e quando falo especificamente o nome dele, aqui da região norte é o único que faz parte do Conselho Nacional eu estou falando do nosso Ministério Público, o que tem isso a ver com a nossa sociedade, têm muito a ver, primeiro que é um órgão correicional, que aprimora as políticas públicas dos Ministérios Públicos Estaduais do país e alia a suas atuações junto com os ministérios federais instalados em cada estado do nosso Brasil. Isso tem ver com a transparência, com cumprimento da legalidade, com o controle dos recursos públicos e as suas atuações em defesa do interesse público, essa é a função do conselho nacional e nesses poucos membros que formam o conselho nacional em nosso país, nós temos orgulho de sermos um Estado novo, um dos mais novos da federação e termos um representante no conselho nacional dos procuradores do país.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Flamarion Portela-Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Deputado Joaquim Ruiz louvo a iniciativa de Vossa Excelência de trazer este assunto aqui para plenário da Assembléia, porque às vezes a gente correndo de um lado para um outro, vendo nossas coisas pessoais e até coletivas e esquecemos de enaltecer o que Vossa Excelência agora destaca, realmente o Doutor Alexandre Tramuja é uma pessoa de profunda responsabilidade aqui no nosso Ministério Público bem como a nível nacional, a sua credibilidade, o seu nome é bastante receptivo, agora, isso só causa orgulho ao nosso ministério público e a sociedade de Roraima, ter um membro fazendo parte do conselho nacional do Ministério Público e com certeza pela competência e dedicação, o Doutor Alexandre Tramuja haverá de honrar muito o Estado de Roraima no desempenho desta nobre função de lidar com os demais

Ministérios Públicos de todo o Brasil, portanto louvo a Vossa Excelência em trazer esse tema ao Plenário.

Agora fugindo do tema, hoje a comunicação é feita com velocidade e eu tenho aqui uma mensagem. Vossa Excelência falou do DETRAN até para que possa se pesquisar e se informar melhor, uma pessoa lá do Caroebe me mandou a seguinte mensagem: estamos com dificuldade por causa das enchentes das estradas e agora o Governo manda tomar as nossas motos, o único meio de ir para o trabalho, por favor nos socorra. Então talvez Vossa Excelência já viesse trazer esse tema, mas eu recebi essa mensagem há dois dias atrás e estou aproveitando a oportunidade para que Vossa Excelência até se aprofunde, haja visto que tem muito contato com as lideranças do interior para ver essa veracidade, se isso realmente é verdade, porque muitas vezes nas nossas vicinais, hoje, em muitas vicinais o carro não entra e pessoa consegue adentrar com a moto e às vezes a moto, não só é o instrumento de transporte, mas é um instrumento de trabalho.

Eu não estou aqui defendendo a ilegalidade a pessoa não vem a cidade e não atualiza o documento, não faz vistoria, as vezes estão lá com problemas e isso que acontece. Então se aprofunde nessa questão para que a gente possa debater na próxima semana, este é um assunto interessante, pois aquilo incomoda a sociedade deve também nos incomodar, não estamos defendendo a ilegalidade, se está errado vamos corrigir, mas pelo menos advertir antes de tomar a moto, antes de punir.

Aparte concedido a Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Deputado, quero parabenizar o Senhor pelo seu pronunciamento, e não poderia ficar calada, até porque conheço o Doutor Alessandro bem, e quando era Procurador de Justiça, aliás acho que antes de ser no nosso Estado, era professor do curso de direito das faculdades Cathedral, e eu tive a oportunidade de ser aluna dele, e passei admirar-lo, pela sua simplicidade, até pelo conhecimento dele. Ele humilde até no volume de conhecimento que tem. E dizer que esse país quando a gente pensa que não jeito, às vezes nos deparamos com coisas desse tipo, reconhecer a competência, a capacidade do exercício em uma função de uma pessoas como o Doutor **Alessandro**. Então, Roraima se orgulha muito disso, e eu queria através de seu pronunciamento, levar os parabéns à ele.

E a outra questão levantada pelo Deputado **Flemarion**, nós estávamos conversando esses dias, inclusive foi quem me informou que esteve no sul, do fato que estava acontecendo e aí a gente fica naquela situação como bem disse o Deputado **Flemarion**, a gente não defende a ilegalidade, mas estamos trabalhando para dar uma oportunidade a essas pessoas que precisam dos seus transportes, a se regularizarem junto ao DETRAN. Já conversamos sobre e estamos trabalhando nesse sentido para que possa dar a essas pessoas a oportunidade de legalizar o único meio de transporte que eles dispõem. Muito obrigada.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua. – Obrigada, Deputada **Aurelina**, pela sua colaboração, pois sei que a Deputada conhece o Doutor **Alessandro**, eu não o conheço pessoalmente, só estou colocando esta matéria em plenário olhando especificamente Roraima, o quanto ganho o nosso Estado, tendo um Procurador no Conselho Nacional para defender os interesses da região norte. Essa foi a linha que eu fiz questão de abordar, colocando para o plenário a importância e a qualidade que temos de pessoas que formam o nosso Ministério Público.

O segundo assunto Senhor Presidente, é sobre o meu Projeto de Lei, proibindo o uso de capacete, em estabelecimentos comerciais e públicos. Os Senhores que estão nos assistindo, vão dizer: mais um projeto tão simples. Eu fiz uma pesquisa sobre o problema dos assaltos em estabelecimentos comerciais de Roraima, 87% dos assaltos a mão armada, são feitos com pessoas usando capacetes em motos. Ora, se numa casa lotérica fica permanentemente proibido a entrada de qualquer pessoas com capacete. Nós estamos procurando evitar que as pessoas que estejam nas casa lotéricas, pagando suas contas, evite de correr o risco de passar por um assalto. Nós estamos evitando que o rapaz que trabalha na bomba de um posto de gasolina, evite o risco de ser assaltado, de um supermercado ser assaltado, de uma pequena drogaria de um bairro, ser assaltada. E aí estou contribuindo com a sociedade, e ajudando os empresários, Deputado **Brito**, por mais simples que seja esse projeto. Com certeza nós não vamos parar com os assaltos, por isso é coisa de segurança pública, mas se você proibir o uso de capacete, vamos reduzir o número de assaltos porque eles vão observar que estão sendo filmados e que a polícia vai ter muito mais facilidade para prender essas pessoas, os assaltantes que vão tentar assaltar os estabelecimentos comerciais ou as pessoas físicas. Isso ocorre em porta de banco, todo banco já tem suas câmeras, então fica fácil de identificar, ele é um projeto extremamente simples, mas é um projeto extremamente social. Qual é a obrigatoriedade? Que todos os órgãos Deputado Chagas, por menor que seja um estabelecimento comercial, ele pode colocar uma placa, dizendo é permanentemente proibido a entrada de pessoas com

capacete e com esta lei vigorando, alguém que entre, tem condições de acionar a polícia para que se evite qualquer problema no seu estabelecimento.

Eu me lembro que nós aqui em Roraima, não tínhamos o hábito de respeitar as faixas dos pedestres e hoje nós somos praticamente um exemplo na região norte, eu por exemplo de tão acostumado que estava quase fui atropelado em Manaus. Só agora o governo do Amazonas, o Deputado Sampaio esteve recentemente lá e sabe, que eles estão com uma divulgação muito forte em relação ao pedestre, ele é mais prioritário que o veículo. Nós passamos a respeitar pelo hábito e pela divulgação e pelas penalizações que começaram a funcionar.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Obrigado pelo aparte Deputado **Joaquim**, quero cumprimentar os Senhores Deputados aqui presentes, Senhores da platéia, Senhores da imprensa, Senhores que acompanham a platéia. Quero parabenizar pela iniciativa que é projeto louvável, já existe em outras unidades, o fato de cidadão entrar nas casas lotéricas, nas agências bancárias sem o capacete, é um ato preventivo onde esse cidadão possa ser identificado pelas câmeras, nós sabemos que hoje, quase todo o sistema bancário e casas lotéricas existe câmeras filmando vinte quatro horas filmando como medida de proteção ao cliente, proteção ao patrimônio daquelas pessoas, o Senhor está de parabéns, eu queria me somar a Vossa Excelência e dizer que é preciso a gente ir além, no sentido de implementar um policiamento ostensivo preventivo. O Comandante da Polícia Militar têm feito um trabalho excelente, nos locais bancários, nas vésperas de pagamento dos servidores. A gente anda nas agências bancárias e vemos lá dois, três policiais próximo agência fazendo o policiamento, o que têm inibido bastante qualquer tipo de roubo ou furto, naquela data de pagamento dos servidores aonde movimentam mais recursos na cidade, tanto na capital como no interior. Agora o ideal é que nós tivéssemos isso permanentemente a dupla Cosme e Damião nas esquinas da cidade, e, temos dentro da Cooperação da Polícia Militar, o Coronel Chagas sabe muito bem disso, que é em torno de noventa mil que o serviço voluntário remunerado, o policial na sua folga, o qual foi uma conquista nossa na época com o governador Anchieta juntamente com apoio do Senhor Damosiel Deputado na época, que nos deu esse apoio e foi implantado esse serviço voluntário remunerado, com esse intuito que o policial na folga, devido ao baixo efetivo, seria escalado pela unidade a qual eu pertence para fazer esse tipo de policiamento extraordinário, tanto em eventos como carnaval, festa junina e também para que a gente pudesse implantar na unidade o policiamento nas esquinas dos grandes centros comerciais de Boa Vista, porque hoje não existe isso, se nós pegarmos um carro e sairmos daqui para Pintolândia, nós não vamos encontrar um policial em esquina nenhuma, fazendo esse policiamento preventivo, nós vamos encontrar duas, três, quatro viaturas que não dá conta de acreditar num trabalho repressivo do que preventivo. Hoje as viaturas da polícia militar não dão conta nem de atender a demanda do 190, imagine fazer um policiamento preventivo que é o policiamento de andar nas ruas, nos bairros, em frente as escolas, com certeza vai inibir qualquer tipo de violência contra o cidadão, porque esse fato de não ter a presença da polícia nas ruas fica fácil para o bandido, ele analisa, estuda o tempo de fuga dele. Ontem mesmo na Jaime Brasil levaram 40 mil de um empresário e não teve reação nenhum, depois ligaram para o 190 as viaturas correm atrás mais não é o suficiente. O seu projeto está de parabéns, conte com o nosso apoio.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua – Outro assunto Senhores Deputados, os Deputados chamam de desentrosados, eu chamo diferente, o pessoal que foi expulso dos pequenos agricultores e pecuaristas que foram expulsos da reserva Raposa/Serra do Sol. A Mesa ficou de definir uma data ainda este mês para que façamos uma audiência pública aqui dos pequenos agricultores, fazendeiros que foram expulsos e até hoje não foi cumprido o acordo feito junto com a Justiça Federal de Brasília.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Eu queria inicialmente louvar a sua iniciativa, simples mais de grande valia. Eu quero discordar um pouco do Deputado **Sampaio** nas suas colocações. Nós não vamos acabar de vez com os assaltos principalmente os chamados 157, a maioria hoje que acontece no nosso Estado, 98% dos assaltos a mão armada é causado por duas pessoas envolvendo uma moto, com capacete e a pessoa totalmente irreconhecível, às vezes a pessoa é íntima sua mais você tem que chegar bem pertinho para poder reconhecer. É muito importante essa iniciativa de Vossa Excelência, é louvável, tenha certeza absoluta que isso vai inibir muito, nós não vamos acabar com os assaltos.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Eu quero me somar aos Deputados que me antecederam nos apartes e

parabenizá-lo por trazer essa matéria, esse fato que enche de orgulho o povo roraimense, no tocante a eleição, a escolha do Procurador de Justiça Alexandre Tramuja, como Membro do Conselho Nacional do Ministério Público, sem dúvida isso vem comprovar de forma inequívoca que a qualidade dos Membros do Ministério Público do nosso Estado, um órgão novo com cerca de 20 anos de existência, composto por profissionais de mais alta qualidade, e o Doutor Alexandre é um profissional com alto nível de conhecimento técnico, é um intelectual, de uma postura simples no trato com as pessoas e com cerca conquistou a todos do Ministério Público e de todos os setores da sociedade. Quando eu vi essa notícia eu me senti orgulhoso, feliz, porque eu conheço o trabalho do Doutor **Alexandre** e tenho certeza que isso vai elevar ainda mais o nome do Estado a nível nacional. Quero também parabenizá-lo pelo projeto de lei que Vossa Excelência apresentou proibindo o uso de capacetes em estabelecimentos bancários, casas lotéricas e outros entidades afins, porque isso com certeza vai inibir ou pelo menos dificultar a realização de assaltos. Dentro do aparte colocado pelo Deputado Sampaio, no tocante ao policiamento feito nas agências bancárias e também nos centros comerciais por ocasião do pagamento dos servidores públicos estaduais, federais e municipais, é uma ação importante, nós iniciamos isso em 2009, com a operação fecha quartel, é a operação que são utilizados policiais que normalmente atuam na atividade meio da corporação, nesses dias de pagamento não há expediente administrativo na corporação, por isso, que a polícia militar consegue efetivo para colocar em frente a esses estabelecimentos para inibir os furtos, assaltos que normalmente aconteciam. Essa operação está sendo realizada pela polícia militar. A questão do serviço voluntário também é um recurso existente na lei e que essa Assembleia Legislativa aprovou na lei complementar que trata da remuneração da polícia militar e que depois nós vamos ainda, já no governo do Anchieta conseguimos a regulamentação disso para que oficialmente a corporação pudesse convocar e pagar esse serviço extra aos policiais e posteriormente possamos dobrar os recursos para isso. Isso só não é suficiente, nós precisamos de mais policiais, mais eu tenho certeza que o seu projeto vai contribuir muito e vai ter o nosso apoio dentro das comissões para que tramite com rapidez e possamos colocar em prática. Parabéns.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua – Obrigado. Eu ia apresentar hoje a indicação da criação do curso de medicina mais eu estou aprimorando para que a indicação seja de plenário, dos parlamentares, daqueles que querem ver criado o curso de medicina no nosso Estado, nos moldes do curso de medicina que funciona na Universidade Estadual do Amazonas que 50% das vagas beneficia os municípios do interior de Roraima, como lá beneficia os municípios do interior do Amazonas. O vestibular é feito no mesmo dia, para as pessoas que estudam na rede pública dos Municípios do interior de Roraima. Com isso, a gente cria oportunidade para que as pessoas, para que os estudantes do Município do interior tenham acesso a um curso de medicina e, depois de formados, voltem ao seu habitat e lá possam exercer a medicina que tanto os nossos irmãos que moram no interior de Roraima precisam, porque é uma escassez de médicos no interior de Roraima e não é admissível que fique funcionando o curso de administração, pedagogia, comércio exterior que começam do nada e terminam em lugar nenhum, em detrimento de um curso tão importante que é para Roraima que tem mercado de Roraima e tem emprego para esses médicos que se informam, diferentemente, da Universidade Federal de Roraima e sobre o tema da Universidade Federal de Roraima, vou respeitar o tema a pedido do Deputado Célio, mas me pronunciarei na próxima semana, assim como vou respeitar o pedido do Deputado Rodrigo Jucá, mas na próxima semana me pronunciarei sobre o problema do DETRAN que ocorreu na semana passada, nos municípios do Sul do Estado e eu estava presente e assisti alguns fatos lamentáveis e se essas correções não forem feitas, na próxima semana, estarei na Tribuna cobrando uma ação diferenciada para as pessoas que moram nos Municípios do interior de Roraima.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Senhor Presidente, caros colegas Deputados, servidores desta casa, membros dos meios de comunicação, distinto público que nos acompanha aqui neste Plenário. Quero também cumprimentar a todos os que nos ouvem através da Rádio Comunitária Anauá, da Região Sul do Estado, a todos os que nos assistem através do sinal da UNIVIRR em todos os Municípios do Estado de Roraima. A todos, o nosso cordial bom-dia. Ocupo este Plenário hoje para informar que apresentei uma Indicação nossa ao Governo do Estado, apresentada ontem, e que pretendo falar durante dez minutos. A justificativa dessa Indicação, se dá pela seguinte razão, os servidores da área de segurança

pública e defesa social, são detentores do poder que o Estado delega a uma categoria especial e diferenciada de servidores, pois tem a missão precípua de garantir a indicação integral e exclusiva e com risco de morte ou invalidez a integridade física e o patrimônio do cidadão comum e os bens de todos. A disponibilidade de tempo integral, a dedicação exclusiva, e a qualidade da dedicação exclusiva e a qualidade do trabalho das equipes que atuam nas várias áreas específicas de atribuições de cada instituição de segurança pública e defesa social, requer, urgentemente, o reconhecimento por parte do governo para quitar serviços prestados à sociedade continuem em um patamar aceitável de qualidade. A missão dos profissionais da área de segurança pública, na preservação da ordem pública, implica no fato de que diuturnamente encontram-se a total disposição do Estado, com, exclusividade, estando sujeitos a convocação a qualquer momento, a interrupção do sono ou das próprias férias em prol da segurança e dos interesses da coletividade e do País, vivendo em alerta, além de prolongadas vigílias. A título do exemplo, podemos citar a convocação recente de todos os profissionais de área de segurança e defesa social, particularmente, profissionais de Corpo de Bombeiros, devido ao estado de calamidade pública que atingiu nosso Estado, sendo prontamente cumprida a missão dos mais longínquos inóspitos lugares de Roraima. É importante ressaltar que a organização mundial de saúde, catalogou a atividade policial como insalubre, perigosa, geradora de imenso estresse pelo período de contínuo esforço físico e da exigência intermitente de acuidade e higidez mental, o que leva, fatalmente, a um acelerado desgaste físico e mental devido a um elevado grau de tensões em decorrência do constante exercício da atividade policial em razão de submeter-se a situações de perigo iminente. Tais circunstâncias e situações se perpetuam ao longo da carreira pública do policial militar, civil, do bombeiro militar e do agente penitenciário, ficando a vida desse servidor a mercê de invalidez permanente e morte abrupta e enfrentamento com o agravante de estar a descoberto de qualquer modalidade de seguro por parte do Estado. Tal sacrifício, na manutenção da ordem, da segurança e da paz pública, é ímpar em relação à missão dos demais órgãos públicos e dos poderes estatais, pois a atividade de natureza policial e bombeiro militar é sempre perigosa, requerendo dedicação exclusiva dessa categoria do servidor público diuturnamente, muito além das 44hrs semanais exigida do trabalhador não policial. Essa dedicação requer cada minuto, cada segundo do tempo e do policial ao longo da sua vida funcional, impondo-lhe sacrifícios pessoais e inúmeras vezes a privação do convívio familiar sem uma cobertura devido ao próprio profissional e a sua família, dadas às peculiaridades da profissão. Com essas justificativas, Senhores Deputados, em razão disso, é que nós apresentamos uma indicação ao Governo do Estado para a instituição de seguro de vida e de acidentes pessoais para policiais militares, bombeiros militares, policiais civis e agentes penitenciários do Estado de Roraima nos seguintes termos; Passo a ler alguns dispositivos desse Projeto de Lei: artigo 1º - fica instituído o Plano de Seguro de Vida e Acidentes Pessoais para Policiais Militares, Bombeiros Militares, Policiais Civis e Agentes Penitenciários do Estado de Roraima; artigo 2º, as apólices de seguro de que trata essa lei serão contratadas em grupo, sem ônus para o assegurado com cobertura para os seguintes eventos: 1- morte no estrito cumprimento do dever ou em razão da função. 2- invalidez permanente total e 3- invalidez permanente parcial. Parágrafo único: fará jus aos benefícios instituídos por esta lei o segurando vitimado no estrito cumprimento do dever ou em razão da função, ainda que fora do horário de trabalho, inclusive, nos deslocamentos da residência para o local de trabalho e vice-versa. Artigo 3º, os valores dos prêmios a serem resgatados são os estabelecidos no anexo único, cabendo ao Poder executivo editar os atos necessários à regulamentação dessa lei e as demais condições de seu resgate. Artigo 4º, a despesa decorrente da execução dessa lei ocorrerá à conta do tesouro do Estado de Roraima. Enfim, é essa a nossa indicação que, após lida neste Plenário no dia de ontem, deve ser encaminhada pelo Presidente desta Casa ao Poder executivo, para que, juntamente, com o secretário de Segurança Pública, o Secretário de Justiça, os Comandantes da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Delegado da Polícia Civil, que seja discutido, debatido e verificado a necessidade de fazer esse seguro para dar uma maior tranquilidade para esses profissionais e suas famílias, enfim, meus amigos e amigas, são esses os motivos que me levaram a fazer pronunciamento nesse dia de hoje.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Primeiro do fundo do coração, gostaria de parabenizá-lo ela iniciativa, é louvável, faz jus a toda história que Vossa Excelência teve na Polícia Militar, enquanto oficial e comandante, acho que projeto de lei, indicação desse tipo que vai fazer a diferença, vamos construir uma polícia melhor, com certeza a tropa vai ter conhecimento da vossa iniciativa, tem o vosso apoio, e o que Vossa Excelência falou no tocante da atividade de

bombeiros e militar, é verdade, atividade de risco, uma das atividades mais estressante do mundo, segundo pesquisa de uma universidade, lidamos com conflitos constantemente, nós enquanto policial nunca recebeu um convite para participar de um aniversário, festa, sempre com telefonema para gerenciar crise entre pessoas e quando chega lá todo mundo tem razão, esse é um fato do dia-a-dia do policial. E o governo precisa reconhecer esses trabalhadores na questão salarial, condições de trabalho, questão previdenciária, fomos contemplado recentemente na mine reforma previdenciária, continuamos aposentando com 30 anos de serviços, recentemente o STF bateu o martelo dando direito ao policial se aposentar com 25 anos de serviços e estamos numa luta, do qual peço o vosso apoio e demais Deputados, que no caso específico da polícia militar e bombeiros de Roraima, conseguimos regulamentar carga horário, estou me referindo ao policiamento ordinário, normal, na nossa profissão não tem hora e nem momento para ser chamado, não tem hora pra entrar e muito menos para sair do serviço, agora na rotina normal do dia-a-dia precisamos o quanto antes regulamentar algumas questões para que atenda o policial enquanto cidadão, familiar e pai de família, principalmente a questão da carga horária, vários Estados, inclusive já colocaram na Constituição do Rio Grande do Sul, Bahia, Sergipe, já tem a carga horária de 40 horas, peço apoio e que possamos somar esforços, e que Vossa Excelência possa cobrar do executivo a questão do nosso estatuto dos policiais, e que mande para esta Casa esse ano ainda para que possamos votar, peço esse apoio e conclamo a Vossa Excelência que interceda junto a Casa Civil, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros, que seja direito garantido constitucional desses trabalhadores, parabéns.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua. Agradeço o aparte e as palavras do Deputado **Sampaio**, com certeza Vossa Excelência tem razão em diversos aspectos de sua fala, vamos trabalhar para juntos conseguir com o Executivo, gestores, no tocante essa indicação, e todos os outros pontos que foram observados por Vossa Excelência que são objeto de estudo dentro do executivo e desta Casa Legislativa, tenho certeza quando esses projetos de leis chegarem na Casa, vamos ter que trabalhar também dentro das Comissões, convencimento, debate para sua aprovação. Era o que tinha a falar, obrigado pela atenção de todos.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Não havendo mais orador inscrito, passamos para Ordem do Dia.

Requerimento de autoria de vários Deputados, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, requerendo após ouvir do plenário a transformação da Sessão Plenária do dia 18 do corrente, às 10 horas, em Comissão Geral, momento em que será comemorado o segundo aniversário do Centro Humanizado de Atendimento à Mulher (CHAME) e feito o lançamento da maquete de sua sede.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda a leitura de Requerimento.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão Silveira**) – (Lido o Requerimento).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Em discussão o Requerimento.

Não havendo nenhum Deputado que queira discutir, coloco em votação. A votação será simbólica, os Senhores Deputados que concordam com o Requerimento, permaneçam como estão.

Aprovado o Requerimento.

Passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Senhor Presidente, faço uso de Explicações Pessoais para deixar registrado a presença do ilustre Coronel **Wilson**, que muito nos honra com sua presença em nossa galeria, do companheiro **Miúdo** que sempre está aqui nos assistindo, companheiro **Patrício**, grande sindicalista sempre em luta defesa dos policiais em nosso Estado, que sem a sempre bem vindo a esta Casa.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, gostaria de estender o convite, haverá uma grande mobilização das 27 unidades da federação em Brasília através das entidades representativa de policiais e bombeiros, civis e militares, em torno da PEC 300, a convite do Secretário de Segurança Pública, Deputado **Mendonça Prado**, Deputado **Protogener** estaremos em um grande ato toda semana em Brasília, previsão de 15 mil policiais, num ato público, reuniões com as lideranças de partido na Câmara, com o Presidente da Câmara, Deputado **Marcos Maia**, no sentido de colocarmos em votação em segundo turno a PEC 300, e este Deputado enquanto representante, da Associação Nacional dos Praças e enquanto representante no Estado de Roraima, assim como Vossa Excelência dos trabalhadores de segurança pública, estaremos fazendo presença nesta grande manifestação a partir do dia

09 e quero estender esse convite aos Senhores Deputados que possam comparecer, quero justificar minha ausência na próxima semana em virtude dessa grande ato em torno da PEC 300. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, quero aproveitar esse Expediente, no momento que o colega **Sampaio** da PEC 300, eu também gostaria de dá conhecimento ao Plenário e aos que nos honra com suas presenças nesta Casa, amigos e amigas, que acabamos de dá entrada na Secretaria Parlamentar de uma PEC Estadual que visa reduzir o período de recesso Parlamentar em 30 dias, e consequentemente aumentando nesses mesmos 30 aumentando o legislativo. a nossa preocupação e justificativa são duas; primeira; é que nosso Estado é jovem, vive ao longo desses 22 anos sobre age da economia do contracheque, que começa a ser insuficiente para prover as nossas necessidades orçamentárias para implementar o Estado, e por outro lado, é um Estado potencialmente rico, através do seu solo, clima, posição geográfica, enfim, com toda posição de poderes transformar Roraima em um Estado produtora, agora que acaba de ter oportunidade de repassar os agricultores mormente, aos pequenos agricultores e também agricultura familiar, as terras que vai permitir os agricultores que seja pequeno, médio ou grande, que compareça a agência bancária para buscar seu crédito munido de seu projeto, para então poder produzir, porque agricultura não se faz sem crédito de agrícola subsidiada, no mundo inteiro é assim. Com isso temos a necessidade de aumentar a legislação Estadual no sentido de prover do aparato legal das leis todo um processo de desenvolvimento; outra justificativa, é adequar a Constituição Estadual a Constituição Federal, o Congresso Nacional já pratica esse período que nós estamos propondo, ou seja, começarmos no dia 02 de fevereiro de cada ano até 17 de julho, depois 01 de agosto até dezembro como já é, isso consequentemente aumenta 30 dias a mais para se trabalhar. Quero informar a todos que acabamos de dar entrada nessa PEC onde regimentalmente e exigido oito assinaturas e coletamos 16, e tenho certeza que não deu as 24 porque não deu tempo para conversar com os demais Deputados, mais tenho certeza que meus pares tem a sensibilidade para isso, porque é o momento de mostrarmos que esta Casa que aumentar cada vez mais o seu vínculo com a sociedade que aqui representa. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Quero aproveitar a oportunidade em Explicações Pessoais, destacar a presença do Coronel José Wilson de Sousa, que foi Comandante da Polícia Militar, tendo em sua gestão criado diversos programas de governo, além de unir a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, criação da Cavalaria da Polícia Militar, programa educacional da resistências as drogas – PROERGE que já levou ensinamentos e prevenção há mais de 40 mil jovens nesse Estado pela Polícia Militar, criação da Força Tática, criação do atendimento da ecoterapia que faz um importante serviço social de saúde, a diversas famílias, crianças, Coronel Wilson, sintase em casa e tenha certeza que será sempre bem recebido. Quero registrar também a presença do Vice-Prefeito do Amajari, liderança, amigo, conhecido como Zé Foca, transmita todos os moradores daquele município abraços desta Casa Legislativa.

Quero informar a todos os colegas que estarei viajando no dia de hoje para Cuiabá – Mato Grosso, onde teremos uma reunião amanhã com o Presidente da Assembleia Legislativa daquele Estado, para afins de trazer subsídio relativo a questão de emancipação dos municípios, o Estado de Mato Grosso entrou com mandado de Injunção no STF em razão de ter dado uma decisão estendendo um prazo para que Congresso Nacional regulamentasse a Constituição no tocante a possibilidade da criação de novos municípios, decorreu o prazo e Congresso ainda não concluiu os transmite no processo legislativo para essa regulamentação e tem atrasado e impedido essa lentidão da criação de novos municípios, em razão disso o Assembléia Legislativa de Mato Grosso entrou com mandado de injunção, ele tem todo conhecimento nessa área, não só Presidente da Casa, mas Deputado **Salim** que preside o grupo técnico para criação de municípios, eu solicitei ao Presidente da Casa para ir até o local e autorizasse o Presidente do nosso grupo técnico o Servidor Lindomar para nos acompanhar, para colhermos todas as informações e trazendo subsídio necessários para que a gente possa dar mais informações ao Presidente da Casa em consequência as Comissões instaladas.

Não havendo mais nenhum Deputado que queira fazer uso de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 09 à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 09/08/11